

# **Demonstrações Financeiras**

## **TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.**

31 de dezembro de 2014 e 2013  
com Relatório dos Auditores Independentes

# **TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.**

## **Demonstrações financeiras**

31 de dezembro de 2014 e 2013

### **Índice**

Relatório dos auditores independentes .....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais .....	3
Demonstrações do resultado .....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	8
Demonstrações do valor adicionado .....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	10

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas da  
**TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.**  
Barueri - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## **Ênfase**

Chamamos a atenção para a Nota 4 às demonstrações financeiras, que descreve que que conforme Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") de 25 de junho de 2013, foi aprovada a cisão parcial da Companhia com incorporação da parcela cindida à Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., ambas efetivadas nas bases e condições constantes no Protocolo e Instrumento de Justificação, transferindo todas as atividades operacionais da Companhia para a Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., a partir dessa data, portanto a Companhia não possui mais atividades operacionais. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

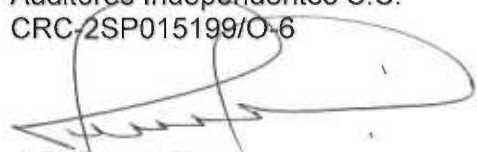
## **Outros assuntos**

### **Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2015.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



Julio Braga Pinto  
CRC-1SP209957/O-2

## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Balanços patrimoniais  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

	31 de dezembro de	
	2014	2013
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	-	11.288
Aplicações financeiras vinculadas	-	9.811
Contas a receber (Nota 5)	-	2.371
Estoques (Nota 6)	-	58.280
Tributos a recuperar	-	6.514
Despesas antecipadas (Nota 7)	-	13.062
Outros ativos	-	1.222
Total circulante	-	102.548
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas	-	32.717
Depósitos em garantia e reservas de manutenção (Nota 8)	-	135.324
Despesas antecipadas (Nota 7)	-	15.201
Imobilizado (Nota 9)	-	664.415
Intangível	-	58.043
Total não circulante	-	905.700
Total do ativo	-	1.008.248

	<b>31 de dezembro de</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	-	192.841
Fornecedores	<b>13.162</b>	154.332
Transportes a executar	-	4.465
Salários, provisões e encargos sociais	-	46.974
Tributos a recolher	<b>45.377</b>	59.396
Outras contas a pagar	-	2.246
Total circulante	<b>58.539</b>	460.254
Não circulante		
Partes relacionadas (Nota 11)	<b>5.595</b>	263.852
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	-	622.074
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota 20)	<b>13.404</b>	33.283
Provisão para devolução de aeronaves (Nota 13)	-	7.558
Total não circulante	<b>18.999</b>	926.767
Patrimônio líquido		
Capital social (Nota 14)	<b>84.166</b>	84.166
Reserva de capital (Nota 14)	<b>83.940</b>	83.940
Prejuízos acumulados	<b>(245.644)</b>	(546.879)
	<b>(77.538)</b>	(378.773)
Total do passivo e patrimônio líquido	-	1.008.248

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Demonstrações do resultado

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)

	31 de dezembro de	
	2014	2013
Receita		
Passageiros	415.141	1.328.796
Outras receitas	23.894	125.578
Receita total líquida	439.035	1.454.374
Custo dos serviços prestados (Nota 18)	(366.777)	(1.302.601)
Lucro bruto	72.258	151.773
Despesas operacionais		
Comerciais (Nota 18)	(23.125)	(50.279)
Administrativas (Nota 18)	(31.915)	(67.428)
Lucro (prejuízo) operacional	17.217	34.066
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	1.753	4.234
Despesas financeiras	(18.383)	(85.089)
Resultado com variação cambial	5.923	(26.570)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	6.511	(73.359)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	-
Lucro (prejuízo) do exercício	6.511	(73.359)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária em R\$ (Nota 15)	0,08	(0,94)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação preferencial em R\$ (Nota 15)	1,03	(11,62)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Demonstrações do resultado abrangente  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

	<b>31 de dezembro de</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Lucro (prejuízo) do exercício	<b>6.511</b>	(73.359)
Total do resultado abrangente no exercício	<b>6.511</b>	(73.359)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

	<b>Capital social</b>	<b>Reserva de capital</b>	<b>Outros resultados abrangentes (reserva de <i>hedge</i> de fluxo de caixa)</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
Em 31 de dezembro de 2012	84.166	83.940	-	(473.520)	(305.414)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(73.359)	(73.359)
Em 31 de dezembro de 2013	<b>84.166</b>	<b>83.940</b>	-	<b>(546.879)</b>	<b>(378.773)</b>
Acervo líquido cindido	-	-	-	<b>294.724</b>	<b>294.724</b>
Lucro do exercício	-	-	-	<b>6.511</b>	<b>6.511</b>
Em 31 de dezembro de 2014	<b>84.166</b>	<b>83.940</b>	-	<b>(245.644)</b>	<b>(77.538)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

	31 de dezembro	
	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	6.511	(73.359)
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do resultado		
Depreciação e amortização	30.590	70.191
Juros e variações cambiais sobre ativos e passivos	753	108.918
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.680	(8.220)
Baixa de imobilizado e intangível	5.829	14.520
Provisão para créditos de liquidação duvidosa líquida	(55)	3.240
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(6.718)	17.806
Provisão para obsolescência	256	1.185
Provisão para devolução de aeronaves	(1.472)	(1.362)
Variação de ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(26.905)	42.828
Estoques	9.997	(14.531)
Tributos a recuperar	(846)	1.458
Depósitos em garantia e reservas de manutenção	63.327	(29.604)
Despesas antecipadas	12.192	2.207
Outros ativos	(6.204)	(606)
Fornecedores	(33.558)	(9.127)
Salários, provisões e encargos sociais	(43.632)	(6.220)
Tributos a recolher	(13.340)	(10.928)
Transportes a executar	(4.848)	(38.105)
Outras contas a pagar	(2.246)	532
Juros pagos	(23.765)	(77.977)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(27.454)	(7.154)
Fluxos de caixa das atividades investimento		
Aplicações financeiras	(31.618)	28.015
Aplicações financeiras vinculadas	32.717	(37.107)
Caixa restrito	-	84.288
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(43.971)	(40.892)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	(42.872)	34.304
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos		
Captações	-	13.074
Pagamentos	(82.384)	(219.484)
Partes relacionadas	141.422	176.714
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de financiamentos	59.038	(29.696)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(11.288)	(2.546)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.288	13.834
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	11.288

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Demonstrações do valor adicionado  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais)

	31 de dezembro de	
	2014	2013
Receitas		
Passageiros	435.386	1.393.598
Outras	26.242	135.905
	461.628	1.529.503
Insumos adquiridos de terceiros		
Combustível de aviação (Nota 18)	(137.837)	(450.059)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(136.617)	(415.783)
Seguros de aeronaves	(1.958)	(8.910)
	(276.412)	(874.752)
Valor adicionado bruto	185.216	654.751
Retenções		
Depreciação e amortização (Nota 18)	(30.590)	(70.191)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	154.626	584.560
Valor adicionado recebido em transferências		
Receitas financeiras	1.753	3.348
Valor adicionado total a distribuir	156.379	587.908
Distribuição do valor adicionado	156.379	587.908
Pessoal		
Remuneração direta	59.098	209.574
Benefícios	6.000	41.452
FGTS	3.831	17.460
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	26.518	91.958
Estaduais	152	158
Municipais	95	1.424
Remuneração de capital de terceiros		
Juros	12.459	110.442
Aluguéis	41.715	188.799
Remuneração de capital próprio		
Lucro (prejuízo) do exercício	6.511	(73.359)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Contexto operacional**

TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima com sede na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939 na cidade de Barueri, estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto social a exploração de atividades complementares de transporte aéreo por frete de passageiros, cargas e/ou mala postal, de taxi aéreo, de manutenção e reparos em aeronaves, motores, partes componentes e peças, serviços de hangaragem, atendimento de rampa, limpeza de aeronaves e abastecimento de material de comissária de bordo.

Em 25 de maio de 2012, os acionistas da Companhia e a Azul S.A. ("Azul") assinaram um acordo para a aquisição de 100% do capital social da Companhia pela Azul. A Companhia era uma companhia aérea que operava no segmento de transporte de passageiros e de cargas no Brasil e foi fundada em 18 de fevereiro de 1997.

Em 22 de novembro de 2012, a Agência Nacional de Aviação Civil ("ANAC") aprovou a aquisição da Companhia pela Azul, que se tornou o acionista de 100% da Companhia e em 30 de novembro de 2012, a Azul assumiu o controle financeiro e operacional da Companhia.

A aquisição foi realizada por meio de troca de ações sem a transferência de caixa. A Azul emitiu novas ações aos acionistas da Companhia, que se tornaram donos de 29,99% das ações totais da Azul.

Em 14 de maio de 2014 a ANAC concedeu autorização para a cisão parcial da Companhia e incorporação do acervo líquido cindido pela Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. ("ALAB"), que foi efetivada em 1º de junho de 2014.

### **2. Apresentação das demonstrações financeiras**

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião da diretoria em 23 de fevereiro de 2015.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia adotou todas as normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014. As demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto para avaliação de determinados instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

## **TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis**

#### **3.1. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia inclui instrumentos financeiros com vencimentos inferiores a três meses, como equivalentes de caixa.

#### **3.2. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

##### **i. Ativos financeiros**

##### *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A classificação dos seus ativos financeiros é determinada no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, empréstimos, outros recebíveis e instrumentos financeiros derivativos.

## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### 3.2. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

##### i. Ativos financeiros--Continuação

###### *Mensuração subsequente*

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação.

###### Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38 (IAS 39) aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas.

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

###### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### 3.2. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

##### i. Ativos financeiros--Continuação

###### *Desreconhecimento (baixa)*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa, do ativo, expirarem;
- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumirem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de 'repasse'; e (a) transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não transferirem nem retiverem substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferirem o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido os direitos de receber fluxos de caixa de um ativo e não tiverem transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo com o ativo. Nesse caso, também reconhece um passivo associado.

O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações mantidos.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou a máxima contraprestação que puder ser exigida, dos dois o menor.

##### ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

São avaliadas se nas datas do balanço há alguma evidência objetiva que determine que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### 3.2. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

##### ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade que o mesmo irá entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com “defaults”.

##### *Ativos financeiros ao custo amortizado*

Ativos financeiros são apresentados ao custo amortizado, e avaliados inicialmente e individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro, que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida, não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas. O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando o empréstimo apresentar taxas de juros variáveis, a taxa de desconto para a mensuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável será a taxa de juros efetiva corrente.



## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### 3.2. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

##### ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

###### *Ativos financeiros ao custo amortizado*--Continuação

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

##### iii) Passivos financeiros

###### *Reconhecimento inicial e mensuração*

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos, financiamentos e debêntures contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros derivativos.

## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### 3.2. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

##### iii) Passivos financeiros--Continuação

###### *Mensuração subsequente*

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

###### Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39).

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

###### Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos sujeitos a juros, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos, reconhecido no resultado do exercício.

###### *Desreconhecimento (baixa)*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença, nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

## **TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis--Continuação**

#### **3.2. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação**

##### **iv) Instrumentos financeiros - apresentação líquida**

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

##### **v) Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

#### **3.3. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge***

##### **Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos relativos a contratos de opção, taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo do instrumento for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, enquanto ainda não realizados e lançados no resultado quando da liquidação do item objeto de *hedge*.

## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### 3.3. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*--Continuação

##### Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Para fins de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), existem as seguintes classificações:

- *Hedge* de valor justo ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido; ou
- *Hedge* de fluxo de caixa ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado; ou
- *Hedge* de investimento líquido em uma unidade operacional estrangeira.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documentam a relação de *hedge* à qual desejam aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a será avaliada a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*. Quanto a *hedge* de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do *hedge*, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de *hedge* do patrimônio líquido para o resultado são também incluídos na documentação da relação de *hedge*. Espera-se que esses *hedges* sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente eficazes ao longo de todos os períodos base para os quais foram destinados.

*Hedges* que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma:

##### *Hedge de valor justo*

O ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de *hedge* (para instrumento de *hedge* derivativo) ou do componente cambial da sua quantia escriturada medido de acordo com o CPC 02 (IAS 21) (para instrumento de *hedge* não derivativo) deve ser reconhecido no resultado. O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto deve ajustar a quantia escriturada do item coberto a ser reconhecido no resultado.

## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### 3.3. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*--Continuação

##### Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

##### *Hedge de valor justo--Continuação*

Se o item objeto de *hedge* for baixado, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item objeto de *hedge* numa relação de *hedge*, a variação do valor justo do compromisso firme atribuível ao risco coberto é reconhecida como um ativo financeiro quando ela for positiva ou como um passivo financeiro quando ela for negativa, com o reconhecimento de um correspondente ganho ou perda na demonstração do resultado. O saldo acumulado no balanço patrimonial decorrente das variações sucessivas do valor justo do compromisso firme atribuível ao risco coberto será transferido para o saldo do item objeto de *hedge* no momento do reconhecimento inicial (reconhecimento do saldo das contas a pagar ou das contas a receber).

##### *Hedge de fluxo de caixa*

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do *hedge* é reconhecida imediatamente no resultado financeiro.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de *hedge* for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### 3.3. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*--Continuação

##### Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

##### *Classificação entre curto e longo prazo*

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de *hedge* eficaz são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

- Quando um derivativo for mantido como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedge*), por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como de longo prazo (ou segregado em parcela de curto e longo prazo), consistentemente com a classificação do item correspondente.
- Os derivativos embutidos que não estão intimamente relacionados ao contrato principal são classificados de forma consistente com os fluxos de caixa do contrato principal.
- Os instrumentos derivativos designados como tal e que são efetivamente instrumentos de *hedge* eficazes, são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de *hedge*. O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

#### 3.4. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável, dos dois, o menor, líquido da provisão de obsolescência.

#### 3.5. Impostos

##### Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes, relativo a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Companhia periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

## **TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis--Continuação**

#### **3.5. Impostos--Continuação**

##### Impostos diferidos

Os impostos diferidos são registrados sobre diferenças temporárias na data do balanço entre a base fiscal de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou dos ativos ou passivos em uma transação que não é uma combinação de negócios e, não afeta o lucro contábil ou o lucro tributável ou perda na data da transação, e;
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos através de todas as diferenças temporárias dedutíveis e de créditos fiscais de prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que o lucro tributável estará disponível para sua utilização, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível surge do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributável; e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que é provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser usadas.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado em cada data do balanço e baixado na medida em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte dos ativos fiscais diferidos sejam utilizados. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos são reavaliados a cada data de balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que os lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

## **TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis--Continuação**

#### **3.5. Impostos--Continuação**

##### Impostos diferidos--Continuação

Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados através das alíquotas aplicáveis no ano em que os bens serão realizados ou os passivos liquidados, com base nas taxas de imposto aplicáveis. As alíquotas aplicáveis para determinação dos impostos diferidos são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente na perda de outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, também são reconhecidos como perda de outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido e não no resultado do período.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos, caso exista algum direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal. Os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

##### Imposto sobre receitas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre as receitas, exceto:

- Quando os impostos sobre as vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições:

- Imposto sobre prestação de serviços - ICMS - incidente sobre operações de cargas aéreas, com alíquotas que variam de 4% a 19%.
- Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS: incidente sobre transporte de passageiros, com alíquota de 3% e incidente sobre as demais receitas correlatas com a atividade de transporte aéreo com alíquota de 7,6%.



## **TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis--Continuação**

#### **3.5. Impostos--Continuação**

##### Imposto sobre receitas--Continuação

- Programa de integração social - PIS: incidente sobre transporte de passageiros, com alíquota de 0,65%, e incidentes sobre demais receitas correlatas com a atividade de transporte aéreo com alíquota de 1,65%.
- Instituto Nacional de Seguro Social - INSS: em 1º de janeiro de 2013, o Governo Federal através da Medida Provisória 540/11, convertida na Lei 12.546/11, determinou que a contribuição ao INSS fosse calculada à alíquota de 1% sobre o faturamento. Até 31 de dezembro de 2012 essa contribuição foi calculada sobre a folha de pagamento. Sendo assim, desde 1º de janeiro de 2013 a Companhia passou a apresentar o INSS como redução da receita bruta.

Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de transporte de passageiros, de cargas e de outras receitas nas demonstrações do resultado.

#### **3.6. Conversão de moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

As diferenças de câmbio são registradas na demonstração do resultado. As alterações de justo valor dos instrumentos de hedge são registrados pelo tratamento contábil descrito na nota 3.3. "Instrumentos financeiros derivativos".

## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### 3.7. Ativo imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados pelo custo de aquisição ou construção e incluem juros e demais encargos financeiros. No imobilizado também são registrados os pré-pagamentos de aeronaves em fabricação que incluem os juros e encargos financeiros incorridos durante a fase de fabricação das aeronaves e benfeitorias em bens de terceiros.

A Companhia recebe créditos de fabricantes quando da aquisição de certas aeronaves e motores, que podem ser utilizados para pagamento de serviços de manutenção. Esses créditos são registrados como redução do custo de aquisição das aeronaves e motores relacionados, em contrapartida de um débito em outras contas a receber e, em seguida, registrada como despesa ou ativo, quando os créditos são utilizados para a aquisição adicional de bens ou serviços. Nos casos de arrendamento operacional, esses créditos são diferidos e reduzem as despesas de arrendamento operacional, de forma linear, durante o período dos contratos relacionados.

As aeronaves são registradas pelo custo de aquisição e são submetidas à análise de "impairment" anualmente, quando há indicadores de "impairment". Equipamentos de aeronaves, componentes rotáveis e ferramentas compreendem peças de manutenção reparáveis, e com vida útil superior a um ano, e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição.

Os arrendamentos de aeronaves são contabilizados como operacionais ou financeiros - vide Nota 3.10.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada a seguir:

	<u>Vida útil estimada</u>
Edificações e benfeitorias	5 anos
Equipamentos de informática e periféricos	5 anos
Aeronaves	12 anos
Motores	12 anos
Manutenções pesadas	3 anos
Ferramentas	10 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamento de aeronave	10 anos
Simulador de voo	12 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

## **TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis--Continuação**

#### **3.7. Ativo imobilizado--Continuação**

A Companhia considera que as aeronaves possuem três componentes principais, casco, motores e manutenções pesadas. São atribuídos ao componente de custo de manutenção de motores à parcela do custo total de cada aeronave no momento de sua aquisição. Esse componente é depreciado ao longo da vida útil, determinada de acordo com o período até a próxima manutenção pesada programada ou vida útil remanescente dos motores, dos dois, o menor.

A Companhia possui contratos de manutenção de motores que suportam toda a atividade significativa de sua manutenção. Adicionalmente também possui exclusivamente contratos do tipo “*power-by-the-hour*”, no qual são determinados os valores que são devidos aos prestadores de manutenção com base nas horas voadas, quando do evento da manutenção

A despesa de depreciação de grandes manutenções capitalizadas é registrada na depreciação e amortização na demonstração do resultado.

Reparos e demais manutenções de rotina são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. Os gastos com manutenção pesada são registrados como valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente para a Companhia. Estes custos de manutenção são amortizados ao longo da vida útil determinada de acordo com o período até a próxima manutenção programada significativa.

Um item do ativo imobilizado e de qualquer parte significativa reconhecida inicialmente é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como a diferença entre os proventos líquidos da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado.

#### **3.8. Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

## **TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis--Continuação**

#### **3.8. Ativos intangíveis--Continuação**

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da sua vida útil econômica estimada e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para o ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social quando houver indicativo de "*impairment*". Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, e reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

#### **3.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Anualmente é realizada uma revisão dos indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos, a fim de avaliar eventos ou mudanças nas condições econômicas, tecnológicas, ou em operações que possam indicar que um ativo não possui recuperabilidade. Se houver, tais evidências são identificadas através do teste de "*impairment*" anual. Para avaliar um ativo é necessário que se estime o valor recuperável do mesmo. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o de um ativo ou unidade geradora de caixa (CGU) a valor justo, deduzindo os custos de venda ao seu valor em uso. A quantia recuperável de um ativo é determinada individualmente, a menos que o ativo não possa gerar fluxos de caixa futuros independentes. Quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa ultrapassar o seu valor recuperável, a deterioração é registrada e o ativo é baixado para seu valor recuperável.

A Companhia opera como uma única unidade geradora de caixa.

## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### 3.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa estimados futuros são descontados a valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor justo menos o custo de venda, é determinado sempre que possível, com base em um contrato de venda firme realizado em condições normais de mercado entre as partes conhecidas e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda de ativos, ou quando não há compromisso de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo ou o preço da transação mais recente de ativos semelhantes.

Para os ativos, excluindo ágio, é feita anualmente uma avaliação para determinar se há indícios de que as perdas, por redução ao valor recuperável, reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se essa indicação existir, é estimado o valor recuperável do bem. A perda por "*impairment*" anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver havido uma mudança nas premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo, desde que tenha sido reconhecida a última perda por "*impairment*". A reversão é limitada, de modo que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, como também não exceda o valor contábil determinado anteriormente, líquido de depreciação, caso nenhuma perda por "*impairment*" tenha sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. A reversão é reconhecida no resultado, a menos que o ativo seja realizado por uma quantia revalorizada, caso em que, a reversão é tratada como um aumento por reavaliação.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

##### Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

## **TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis--Continuação**

#### **3.10. Arrendamento mercantil**

Os arrendamentos mercantis nos quais se detém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como uma compra financiada, reconhecendo, desde o início um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). Os pagamentos de arrendamento são apropriados entre despesas financeiras que são reconhecidas diretamente na demonstração de resultado e como passivo contabilizado como dívida de longo-prazo, com base nas contraprestações remanescentes a pagar de forma a alcançar uma taxa constante de juros. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Aeronaves mantidas sob arrendamentos financeiros são registradas com base no menor entre o valor justo da aeronave e o valor presente dos pagamentos mínimos, descontados a uma taxa de juro implícita quando é claramente identificado no contrato de locação, ou a taxa de juros de mercado.

Os ativos são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil econômica remanescente dos bens arrendados ou pelo prazo contratual quando não existe uma razoável certeza de que irá obter a propriedade do bem no fim do prazo contratual.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade fica com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais, incluindo os custos diretos e incentivos recebidos do locador de cada contrato, são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

A venda e a transação de sale and leaseback envolve a venda e o imediato aluguel do mesmo ativo. Os ganhos ou perdas decorrentes de transações de sale-leaseback classificados após a venda como arrendamento operacional são reconhecidos imediatamente no resultado quando a transação foi mensurada ao valor justo. Caso o preço de transação for estabelecido abaixo do valor justo, qualquer ganho ou perda será reconhecido se a perda for compensada por pagamentos futuros de arrendamento abaixo do valor de mercado e serão diferidos e amortizados na proporção dos pagamentos do arrendamento durante contrato.

Se a transação de sale-leaseback resultar em arrendamento mercantil financeiro, qualquer excesso de receita de venda obtido acima do valor contábil deve ser diferido e amortizado durante o prazo do arrendamento. A Companhia não efetuou operações de sale-leaseback que resultaram em arrendamento mercantil financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

## **TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis--Continuação**

#### **3.11. Depósitos em garantia e reservas de manutenção**

##### Reserva de manutenção de aeronaves e motores

As reservas de manutenção referem-se aos pagamentos efetuados em dólares norte-americanos, para os arrendadores, para serem utilizados em futuras manutenções nas aeronaves e motores. São realizadas análises regulares da recuperação dessas reservas e acredita que os valores refletidos no balanço patrimonial são recuperáveis. Essas reservas são utilizadas para o pagamento das manutenções realizadas, e pode ser reembolsável após o término dos contratos. Determinados contratos de arrendamento estabelecem que as reservas existentes, em caso de excesso de manutenção, não são reembolsáveis. Tal excesso ocorre quando os valores usados em manutenções anteriores são mais baixos que os valores depositados. Qualquer valor em excesso retido pelo arrendador na data do término do contrato, que não são considerados relevantes, será contabilizado como despesa adicional de arrendamento de aeronaves. As variações cambiais sobre os pagamentos, líquidos de custos de manutenção, são contabilizadas como uma despesa no resultado financeiro. Pagamentos relacionados com a manutenção, que não se espera realizar, são contabilizados no momento do pagamento como uma despesa de arrendamento adicional. Alguns contratos de arrendamento de aeronaves não requerem reservas de manutenção.

##### Depósitos em garantia para contratos de arrendamento

Os depósitos em garantia são representados por valores depositados pela Companhia para os arrendadores das aeronaves, conforme exigido no início do contrato, como garantia pelo cumprimento do contrato de arrendamento. Os depósitos em garantia são realizados em dólares norte-americanos e são reembolsáveis ao término dos contratos.

#### **3.12. Provisões**

As provisões são reconhecidas quando se tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Quando se espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

## **TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis--Continuação**

#### **3.12. Provisões--Continuação**

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais uma saída de recursos seja provável para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Os contratos de arrendamento mercantil determinam as condições que a Companhia deve devolver as aeronaves e os motores aos arrendadores. A Companhia estima a provisão da manutenção baseada no valor presente da expectativa de custo futuro para que a condição de retorno dos equipamentos seja cumprida, levando em conta o plano de frota atual e as programações de manutenção de longo prazo.

#### **3.13. Benefícios a empregados**

##### **i) Bônus a executivos**

É constituída provisão para pagamento de bônus dos executivos, condicionada ao cumprimento das metas estabelecidas e registrada como despesa com pessoal.

#### **3.14. Reconhecimento da receita**

Receitas de passageiros são reconhecidas após efetiva prestação do serviço de transporte. Os trechos vendidos e não voados, correspondentes aos transportes a executar, são demonstrados no passivo circulante. Os bilhetes expiram no prazo de um ano. É reconhecida a receita de bilhetes a partir da data do voo e passagens com expectativa da prescrição. São estimados os valores de reembolsos e trocas futuras, líquido dos bilhetes expirados, uma vez que a data do voo já ocorreu. Estas estimativas são baseadas em dados históricos e na experiência de eventos passados. Os reembolsos e trocas futuras estimados, incluídos na conta de receita diferida, são comparados mensalmente com reembolsos ocorridos e atividades de troca com o objetivo de monitorar a razoabilidade dos reembolsos e trocas futuras estimadas.



## **TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis--Continuação**

#### **3.14. Reconhecimento da receita--Continuação**

As outras receitas relacionadas com serviços são representadas por taxas de alterações de reservas de voos, excesso de bagagem, transporte de cargas, Espaço Azul, fretamentos e outros serviços, as quais são reconhecidas quando os serviços são prestados. As receitas de juros são reconhecidas conforme descrito na Nota 3.2.

#### **3.15. Informações por segmento**

O CPC 22 (IFRS 8) requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance.

As operações da Companhia consistem na prestação de serviços de transporte aéreo no território brasileiro. A Companhia efetua a alocação de recursos com a finalidade de melhorar o desempenho dos resultados. Os principais ativos geradores de receitas da Companhia são suas aeronaves, que são registradas no Brasil. As outras receitas são originadas basicamente por operações de cargas, vendas a prazo, excesso de bagagem, multas por cancelamento de tarifas, sendo que todos os itens estão diretamente atribuídos a serviços de transporte aéreo.

Com base na forma como a Companhia administra os seus negócios e da maneira em que as decisões de alocação de recursos são feitas, existe apenas um segmento operacional para fins de reporte financeiro.

#### **3.16. Pronunciamentos do IFRS que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2014**

Listamos a seguir algumas normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia, de forma razoável, espera que produzam eventual impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura e pretende adotar tais normas, se aplicável, quando as mesmas entrarem em vigor:

## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### 3.16. Pronunciamentos do IFRS que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2014-- Continuação

##### IFRS 9 - Instrumentos financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia.

##### IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita.

A norma da nova receita é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos da IFRS. Uma aplicação retrospectiva total ou modificada é exigida para períodos anuais que tenham início em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data, sendo permitida adoção antecipada, em análise no Brasil. A Companhia está atualmente avaliando o impacto da IFRS 15 e planeja adotar a norma na data estipulada pela mesma.

## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### 3.16. Pronunciamentos do IFRS que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2014-- Continuação

##### Alterações à IFRS 11 acordos conjuntos: contabilização de aquisições de partes societárias

As alterações à IFRS 11 exigem que um operador conjunto, que esteja contabilizando a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio, aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinações de negócios. As alterações também deixam claro que uma participação societária previamente mantida em uma operação conjunta não é remensurada sobre a aquisição de participação adicional na mesma operação conjunta enquanto o controle conjunto for retido. Adicionalmente, uma exclusão de escopo foi adicionada à IFRS 11 para especificar que as alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal.

As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação final em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta e são prospectivamente vigentes para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 e após essa data, não sendo permitida a adoção antecipada no Brasil. Não se espera que essas alterações tenham impacto sobre a Companhia.

##### Alterações à IAS 16 e à IAS 38 - esclarecimento de métodos aceitáveis de depreciação e amortização

As alterações esclarecem o princípio na IAS 16 e na IAS 38 que a receita reflete um modelo de benefícios econômicos gerados a partir da operação de um negócio (do qual o ativo faz parte), em vez dos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo. Como resultado, um método baseado em receita não pode ser utilizado para fins de depreciação de ativo imobilizado, podendo ser utilizado somente em circunstâncias muito limitadas para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão em vigor prospectivamente para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão vigentes prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1. de janeiro de 2016 ou após essa data. Não é esperado que essas alterações tenham impacto a Companhia, uma vez que a Companhia não utilizou um método baseado na receita para depreciar ativos não circulantes.

## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Políticas contábeis--Continuação

#### 3.16. Pronunciamentos do IFRS que ainda não estão em vigor em 31 de dezembro de 2014-- Continuação

##### Alterações à IAS 27 - método de equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas

As alterações permitirão que as entidades utilizem o método de equivalência patrimonial ao contabilizarem investimentos em controladas, *joint ventures* e coligadas em demonstrações financeiras separadas. As entidades que já estejam aplicando a IFRS e optem por passar a adotar o método da equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras separadas terão de aplicar essa mudança retrospectivamente. Entidades que elaboram demonstrações financeiras de acordo com as IFRS pela primeira vez e que optem por adotar o método de equivalência patrimonial em suas demonstrações financeiras separadas deverão aplicar esse método a partir da data de transição às IFRS. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada, que está em análise no Brasil. Essas alterações não terão impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### 3.17. Pronunciamentos novos e revisados

As políticas contábeis adotadas em 31 de dezembro de 2014, são consistentes com as adotadas nas demonstrações financeiras do ano anterior, exceto pelas seguintes revisões ao IFRS em vigor a partir de 1 de janeiro de 2014:

##### Entidades de investimentos (alterações ao CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 35 (R2))

Essas alterações contemplam uma exceção à exigência de consolidação para que entidades atendam à definição de uma entidade de investimento de acordo com o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e devem ser aplicadas retrospectivamente, podendo usufruir de certa desobrigação no período de transição. A exceção à consolidação exige que entidades de investimento contabilizem as operações das controladas a valor justo por meio do resultado. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia, uma vez que nenhuma das entidades na Companhia se qualifica para ser uma entidade de investimento, de acordo com o CPC 36 (R3).

## **TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis--Continuação**

#### **3.17. Pronunciamentos novos e revisados--Continuação**

##### Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros - alterações ao CPC 39

Essas alterações esclarecem o significado de “atualmente goza de direito legalmente exequível de compensação” e dos critérios para mecanismos de liquidação não simultânea de câmaras de compensação, sendo aplicadas retrospectivamente. Essas alterações não têm impacto material sobre a Companhia, uma vez que nenhuma das entidades da Companhia possui quaisquer acordos de compensação.

##### Renovação de derivativos e continuação da contabilização de hedge - alterações ao CPC 38

Essas alterações contemplam a desobrigação de contabilizar hedges descontinuados quando a novação de um derivativo designado como instrumento de hedge atender a determinados critérios e a aplicação retrospectiva for exigida. Essas alterações não causam impacto sobre a Companhia, uma vez que a Companhia não promoveu novação de seus derivativos durante os períodos atuais ou anteriores.

##### ICPC 19 / IFRIC 21 - Tributos

A ICPC 19 esclarece que uma entidade reconhece os tributos de um passivo quando ocorre a atividade que dá origem ao pagamento, conforme previsto na legislação pertinente. No caso de um tributo originado ao se atingir um limite mínimo, a interpretação esclarece que nenhum passivo deve ser previsto antes de se atingir o limite mínimo especificado. A aplicação retrospectiva é exigida pela IFRIC 21 e não tem impacto sobre a Companhia, uma vez que este aplicou os princípios de reconhecimento de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, alinhados com as exigências da IFRIC 21 em exercícios anteriores.

##### Melhorias anuais - ciclo 2010-2012

Nas melhorias anuais - ciclo 2010-2012, o IASB emitiu sete alterações a seis normas, incluindo uma alteração à IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo. A alteração à IFRS 13 entra em vigor imediatamente e, dessa forma, para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2014, esclarecendo, na Base de Conclusões, que as contas a receber e contas a pagar a curto prazo sem taxas de juros declaradas podem ser mensuradas a valores faturados quando o efeito do desconto for insignificante. Essa alteração à IFRS 13 não tem impacto sobre a Companhia.

## **TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **3. Políticas contábeis--Continuação**

#### **3.17. Pronunciamentos novos e revisados--Continuação**

##### Melhorias anuais - ciclo 2011-2013

Nas melhorias anuais - ciclo 2011-2013, o IASB emitiu sete alterações a quatro normas, incluindo uma alteração à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais para Elaboração de Relatórios Financeiros. A alteração à IFRS 1 entra em vigor imediatamente e, dessa forma, para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2014 e esclarece na Base de Conclusões que uma entidade pode escolher aplicar uma norma atual ou uma nova norma que ainda não seja obrigatória, mas permite aplicação antecipada, contanto que uma das normas seja aplicada consistentemente ao longo dos períodos apresentados nas demonstrações financeiras emitidas pela primeira vez de acordo com as normas IFRS. Essa alteração à IFRS 1 não causa impacto sobre a Companhia, uma vez que a Companhia prepara suas demonstrações financeiras com base em IFRS em vigência.

Considerando a atual operação da Companhia, a adoção das normas, interpretações e alterações não tem um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras.

### **4. Cisão parcial da Companhia com versão do acervo líquido cindido para a Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A “ALAB”**

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) de 25 de junho de 2013 foi aprovada a cisão parcial da Companhia com incorporação da parcela cindida à ALAB, ambas efetivadas nas bases e condições constantes no Protocolo e Instrumento de Justificação.

O acervo líquido cindido da Companhia foi avaliado com base no seu valor contábil, na data-base de 31 de dezembro de 2012, suportado por laudo de avaliação emitido por empresa de avaliação independente.

## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Cisão parcial da Companhia com versão do acervo líquido cindido para a Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A "ALAB"--Continuação

O balanço patrimonial nesta data e depois da cisão encontra-se abaixo demonstrado:

	Antes da cisão em 01 de junho de 2014	Cisão	Saldos em 01 de junho de 2014
Ativo			
Circulante	143.618	143.618	-
Não circulante			
Realizável a longo prazo	223.376	223.376	-
Imobilizado	672.637	672.637	-
Intangível	57.373	57.373	-
Total do ativo	1.097.004	1.097.004	-
Passivo			
Circulante	292.326	336.457	(44.131)
Não circulante			
Exigível a longo prazo	1.099.402	1.141.508	(42.106)
Total do patrimônio líquido	(294.724)	(380.961)	86.237
Total do passivo	1.097.004	1.097.004	-

Os motivos da cisão se justificam na medida em que (a) facilitará e simplificará a gestão das atividades operacionais e (b) permitirá a consolidação e a simplificação da gestão das atividades operacionais atualmente desenvolvidas por ambas, reduzindo o custo administrativo e trazendo eficiência operacional.

A partir desta data, os ativos e passivos da TRIP foram parcialmente incorporados pela ALAB, no entanto a Companhia continua existindo, com movimentos nas contas contábeis apresentadas no balanço patrimonial e resultado do exercício, deixando apenas de prestar serviços de suporte e transportes aéreos. A administração da Companhia está avaliando possibilidades de negócios que podem vir a ocorrer no futuro, utilizando a estrutura societária atual da TRIP, que poderão estar relacionados aos serviços complementares de transporte aéreo por frete de passageiros, cargas e/ou mala postal, de taxi aéreo, de manutenção e reparos em aeronaves, motores, partes de componentes e peças, serviços de hangaragem, atendimento de rampa, limpeza de aeronaves e abastecimento de material para atendimento em bordo a passageiros.

## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Contas a receber

	31 de dezembro de	
	2014	2013
Cartões de crédito	-	16.894
Faturamento de agências	-	3.302
Outras contas a receber	-	3.778
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(21.603)
	-	2.371

Devido à cisão parcial da Companhia, todo o saldo foi transferido para a ALAB.

	31 de dezembro de	
	2014	2013
Saldo no início do exercício	21.603	24.843
Adições	-	1.759
Recuperações	(216)	(4.999)
Acervo líquido cindido	(21.387)	-
Saldo no final do exercício	-	21.603

### 6. Estoques

	31 de dezembro de	
	2014	2013
Peças e materiais de manutenção	-	65.571
Uniformes	-	451
Provisão para obsolescência	-	(7.742)
	-	58.280

### 7. Despesas antecipadas

	31 de dezembro de	
	2014	2013
Prêmios de seguros	-	1.057
Gastos com arrendamentos de aeronaves e motores	-	19.059
Outros	-	8.147
		28.263
Ativo não circulante		
Gastos com arrendamentos de aeronaves e motores	-	15.201
Ativo circulante	-	13.062



## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Despesas antecipadas--Continuação

As antecipações de arrendamento de aeronaves e motores foram apropriadas ao resultado de forma linear durante o prazo do contrato. O ativo foi contabilizado, pois havia um número de arrendamentos operacionais em que os pagamentos anuais eram inferiores ao período do arrendamento.

### 8. Depósitos em garantia e reservas de manutenção

	31 de dezembro de	
	2014	2013
Depósitos em garantia de arrendamentos	-	40.926
Reserva de manutenção	-	94.398
	-	135.324

Os depósitos em garantia e as reservas de manutenção eram atualizados com base na variação do dólar norte-americano. Os depósitos em garantia referiam-se a uma garantia contratual em relação às parcelas de arrendamentos de aeronaves. Os depósitos em garantia serão devolvidos à Companhia após o término do contrato.

Os contratos de arrendamento previam que seriam realizados os depósitos de manutenção das aeronaves arrendadas, e os mesmos deveriam ser mantidos como garantia até da realização das manutenções.

## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Imobilizado

	Aeronaves e motores	Equipamento aeronave	Pré-pagamento de entregas para aeronaves	Equipamentos e instalações	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	608.616	69.360	7.673	18.038	-	4.774	708.461
Aquisições	13.773	24.421	584	958	-	34	39.770
Transferência	18.375	(19.053)	(289)	664	-	303	-
Alienações/Baixas	(9.230)	(1.409)	(3.160)	(689)	-	(10)	(14.498)
Depreciação	(59.244)	(6.296)	-	(2.350)	-	(1.428)	(69.318)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	572.290	67.023	4.808	16.621	-	3.673	664.415
Aquisições	19.635	23.925	-	88	-	-	43.648
Transferência	3.311	(3.311)	-	-	-	-	-
Alienações/Baixas	(4.276)	(971)	-	(408)	-	-	(5.655)
Depreciação	(24.987)	(3.242)	-	(1.379)	-	(163)	(29.771)
Acervo líquido cindido	(565.973)	(83.424)	(4.808)	(14.922)	-	(3.510)	672.637
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
2013							
Custo total	827.851	99.816	4.808	31.219	-	9.620	973.314
Depreciação acumulada	(255.561)	(32.793)	-	(14.598)	-	(5.947)	(308.899)
Valor residual	572.290	67.023	4.808	16.621	-	3.673	664.415
2014							
Custo total	27.221	10.351	-	5.443	-	3.716	46.731
Depreciação acumulada	(27.221)	(10.351)	-	(5.443)	-	(3.716)	(46.731)
Valor residual	-	-	-	-	-	-	-
Taxas médias anuais de depreciação - %	8 – 33	8-10	-	12	-	20	

## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Imposto de renda e contribuição social

#### a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos, não reconhecidos

	31 de dezembro de	
	2014	2013
Prejuízos fiscais de imposto de renda	95.192	91.040
Bases negativas de contribuição social	34.269	32.774
Diferenças temporárias		
Provisão para devolução de aeronaves e motores	-	2.467
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(2.412)	19.887
Leasing de aeronaves	-	16.025
Depreciação de aeronaves e motores	-	(9.583)
Outros	-	15.235
Total	127.049	167.845

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não reconheceu impostos diferidos ativos no montante de R\$127.049 (31 de dezembro de 2013 - R\$167.845), uma vez que foram considerados não realizáveis.

#### b) Medida provisória 627/13 convertida em lei

Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 estabelecendo que a não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pago os lucros ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014.

Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

A Companhia não optou pela adoção inicial da Lei nº 12.973 para as suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2014, a controladora Azul contratou uma única apólice de seguros relacionados à responsabilidade civil e ativos.

A principal transação com a ALAB refere-se a valores devidos pela Companhia por pagamento de contingências de natureza tributária, cível e trabalhista e parcelamento de tributos do Programa de Recuperação Fiscal ("Refis"), cujo saldo líquido está registrado no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

### 12. Empréstimos

	31 de dezembro de	
	2014	2013
Capital de giro	-	271.226
Financiamento de aeronaves	-	250.776
Arrendamentos mercantis financeiros	-	284.795
Outros	-	8.118
	-	814.915
Passivo circulante	-	192.841
Passivo não circulante	-	622.074

Devido à cisão parcial da Companhia, todo o saldo foi transferido para a ALAB.

a) Os montantes a longo prazo tem a seguinte composição, por ano e vencimento:

	31 de dezembro de	
	2014	2013
2015	-	163.265
2016	-	121.365
2017	-	77.925
Posterior a 2017	-	259.519
	-	622.074

## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Empréstimos--Continuação

#### b) Arrendamentos mercantis financeiros

Os pagamentos futuros parcelados de arrendamentos financeiros são os seguintes:

	31 de dezembro de	
	2014	2013
2014	-	47.037
2015	-	40.018
2016	-	41.678
2017	-	37.915
Posterior a 2017	-	150.911
	-	-
Pagamento mínimo de arrendamento	-	317.559
Juros totais	-	(32.764)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento	-	284.795
	-	-
Menos parcela do passivo circulante	-	42.183
Parcela do passivo não circulante	-	242.612

Os arrendamentos de bens e equipamentos os quais a Companhia possui substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Arrendamentos financeiros são capitalizados no início pelo valor justo do bem arrendado ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, dos dois o menor.

### 13. Provisão para devolução de aeronaves e motores

A provisão para devolução de aeronaves e motores é baseada nos custos futuros estimados a serem incorridos de modo a atender às condições contratuais para o retorno dos motores e aeronaves mantidos sob arrendamento operacional.

As movimentações são:

	R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2012	8.920
Adição de provisão	3.507
Utilização de provisão	(4.869)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	7.558
Adição de provisão	-
Utilização de provisão	(1.472)
Acervo líquido cindido	(6.086)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-

## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social da Companhia era de R\$84.166, dividido em 77.854.166 ações ordinárias e 6.312.500 ações preferenciais.

Em 30 de novembro de 2012, o capital integralizado e subscrito emitido passou a ser de propriedade da Azul S.A.

#### b) Reserva de capital

O saldo representado pela contribuição dos novos acionistas, determinados pelas diferenças entre os valores pagos e ao valor atribuído a cada ação é demonstrado abaixo:

	Contribuição total	Subscrito	Ágio
Contribuição de Águia Branca Participações em 10 de setembro de 2006	43.608	8.228	38.308
Contribuição da SkyWest em 14º de outubro de 2008	8.075	4.835	3.240
Contribuição da SkyWest em 1º de março de 2009	36.479	8.373	28.106
Contribuição da SkyWest em 4º de março de 2010	17.910	3.624	14.286
	<u>106.072</u>	<u>25.060</u>	<u>83.940</u>

#### c) Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, aos acionistas, é assegurado um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 0,1% do lucro líquido do exercício da Companhia, após as deduções da reserva legal, das reservas de contingências, o ajuste é previsto no artigo 202 da Lei 6.404/76.

Os juros sobre o capital próprio, dedutíveis para fins de imposto de renda, que tiverem sido pagos ou creditados, podem ser deduzidos dos dividendos obrigatórios.

Os dividendos estão sujeitos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Até 31 de dezembro de 2014 não foram distribuídos dividendos, uma vez que a Companhia não gerou lucros.

## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Lucro (prejuízo) por ação

O cálculo básico de lucro (prejuízo) por ação é feito por meio da divisão do lucro (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucro (prejuízo) por ação em milhares, exceto valores por ação:

	31 de dezembro de	
	2014	2013
Numerador		
Lucro (prejuízo) do exercício	6.511	(73.359)
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	77.854.166	77.854.166
Média ponderada do número de ações preferenciais	6.312.500	6.312.500
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária	0,08	(0,94)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação preferencial	1,03	(11,62)

### 16. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

	Valor contábil		Valor justo	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2014	2013	2014	2013
<u>Ativo:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	-	11.288	-	11.288
Contas a receber	-	2.371	-	2.371
Aplicações financeiras vinculadas (*)	-	42.528	-	42.528
<u>Passivo:</u>				
Empréstimos e financiamentos (*)	-	814.915	-	705.691
Fornecedores	13.162	154.332	13.162	154.332

(\*) Circulante e não circulante

O saldo de caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, aplicações financeiras, contas a receber e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Instrumentos financeiros--Continuação

#### Hedge de fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não possuía instrumentos derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa.

#### Hedge de valor justo

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não possuía instrumentos derivativos designados como *hedge* de valor justo.

#### Derivativos não designados como hedge

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não possuía instrumentos derivativos não designados como *hedge*

### 17. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é financiar as operações, bem como financiar a aquisição de aeronaves. A Companhia possui contas a receber de clientes, depósitos à vista e outras contas a receber, que resultam diretamente de suas operações.

A Administração da Companhia supervisiona o monitoramento de mercado, crédito e riscos de liquidez. Todas as atividades com derivativos para gestão de risco são realizadas por especialistas com habilidades, experiência e supervisão adequada, é política da Companhia e suas controladas não participarem de qualquer negociação de derivativos para fins especulativos.

#### a) Risco de mercado

Os riscos de mercado são os riscos de flutuação nos preços dos ativos e passivos da Companhia, sendo que os principais são relacionados às taxas de juros, combustível e exposição cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e depósitos.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação às taxas de juros variáveis da dívida e a proporção de instrumentos financeiros em moedas estrangeiras são todos eles valores constantes existentes em 31 de dezembro de 2014 e 2013.



## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### a) Risco de mercado--Continuação

##### a.1) *Risco da taxa de juros*

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros através de monitoramento das projeções futuras das taxas que incidem sobre seus empréstimos, bem como sobre as suas operações de arrendamento mercantil operacional (não registradas no balanço). Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não possui quaisquer instrumentos derivativos, tais como *swaps*, para cobrir as taxas de juros.

##### a.2) *Risco de câmbio*

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, aos empréstimos indexados ao dólar norte-americano (líquido de investimentos em dólares norte-americanos).

A Companhia administra o risco cambial, monitorando as taxas futuras cobradas em seus empréstimos, bem como sobre suas operações de arrendamento mercantil operacional (não registrado no balanço patrimonial). Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não possuía instrumentos derivativos, tais como NDFs para cobrir taxas de câmbio.

#### Compromissos não registrados no balanço

	31 de dezembro de	
	2014	2013
Obrigações futuras decorrentes de arrendamento operacional	-	615.373

## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### a) Risco de mercado--Continuação

##### a.3) *Riscos relacionados a variações nos preços de combustível da aviação*

A volatilidade dos preços do combustível de aviação é um dos riscos financeiros mais significativos para as companhias aéreas. Em 2014, o consumo de combustível representou cerca de 32,7% (31 de dezembro de 2013 - 31,7%) dos custos operacionais da Companhia. A Companhia gerencia a mudança de seu risco de preço de geração de combustível de duas formas: através da contratação de instrumentos financeiros derivativos e através de contratos de preço fixo diretamente com a distribuidora Petrobras. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não possui contratos futuros (NDFs) de WTI.

A Companhia possuía um contrato de exclusividade no fornecimento de combustível de aviação com a Petrobrás Distribuidora S.A., no qual são definidas as condições de preço e pagamento, nível de consumo, dentre outras condições comerciais. O contrato possuía condições de negociação que a Companhia entendia tratar-se de um contrato de compra normal, não existindo instrumentos derivativos embutidos no mesmo.

#### b) Risco de crédito

O risco de crédito é inerente das atividades operacionais e financeiras da Companhia, principalmente representados nas rubricas de: contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, incluindo depósitos bancários. É prática da Companhia avaliar os riscos das contrapartes em instrumentos financeiros e diversificar a exposição.

Os instrumentos financeiros são realizados com contrapartes que possuem rating mínimo A na avaliação feita pelas agências S&P e Ficht, ou, na sua grande maioria, são contratados em bolsa de valores de mercadorias e futuros, o que mitiga substancialmente o risco de crédito.

No que diz respeito às aplicações financeiras e demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha.

#### c) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### c) Risco de liquidez--Continuação

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. A Companhia aplica seus recursos em ativos líquidos (CDBs) e tem como prática, que o prazo médio ponderado de sua dívida não exceda o prazo médio ponderado do portfólio de investimentos.

#### *Gestão do capital*

Os ativos da Companhia podem ser financiados por capital próprio ou capital de terceiros. Caso a Companhia faça a opção por capital próprio, esta pode utilizar recursos provenientes de aportes de capital pelos acionistas ou por meio de venda de instrumentos de capital próprio.

A utilização de recursos de terceiros será sempre uma opção a ser considerada, principalmente quando a Companhia entender que este custo for menor que o retorno gerado pelo ativo adquirido. É importante apenas assegurar que a Companhia mantenha uma estrutura de capital ótima, que propicie solidez financeira e ao mesmo tempo viabilize seu plano de negócios. Vale ressaltar que, por ser uma indústria de capital intensivo, com investimentos consideráveis em ativos de alto valor agregado, é natural que as empresas do setor de aviação apresentem um grau de alavancagem elevado.

A Companhia administra a estrutura do capital através de índices de alavancagem, que é o endividamento líquido dividido pelo total do endividamento. A Companhia procura manter essa relação em níveis iguais ou menores do que os níveis da indústria. A estrutura do capital da Companhia é formada pelo seu endividamento líquido, definido como o total de empréstimos e arrendamento mercantil operacional líquido, líquido de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

O capital é definido como o patrimônio líquido total dos acionistas e endividamento líquido. A Companhia inclui no endividamento líquido os ganhos com empréstimos, empréstimos de parceiros de negócios, fornecedores e outras contas a pagar, menos caixa e equivalentes de caixa.

## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

#### c) Risco de liquidez--Continuação

##### *Gestão do capital*--Continuação

A Companhia não está sujeita a nenhuma necessidade de capital imposta externamente. Definimos capital total como o total do patrimônio líquido e dívida líquida conforme definido abaixo:

	31 de dezembro de	
	2014	2013
Patrimônio líquido	(77.538)	(378.773)
Caixa e equivalentes de caixa	-	(11.288)
Aplicações financeiras vinculadas	-	(42.528)
Empréstimos e financiamentos	-	814.915
Dívida líquida	-	761.099
Capital total	(77.538)	382.326

### 18. Custos dos serviços prestados, despesas comerciais e administrativas

	31 de dezembro de 2014			31 de dezembro de 2013	
	Custos dos serviços prestados	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Total	Total
Combustível de aviação	(137.837)			(137.837)	(450.059)
Salários e benefícios	(57.201)	(1.155)	(10.839)	(69.195)	(261.581)
Arrendamento mercantil de aeronaves e outros	(41.751)		(1.395)	(43.146)	(191.095)
Tarifas aeroportuárias	(29.299)			(29.299)	(73.021)
Prestação de serviços de tráfego	(13.634)			(13.634)	(71.451)
Comerciais e publicidade		(21.970)		(21.970)	(45.706)
Material de manutenção e reparo	(43.925)			(43.925)	(144.014)
Depreciação e amortização	(29.870)		(720)	(30.590)	(70.191)
Outras despesas operacionais	(13.260)		(18.961)	(32.221)	(113.190)
	(366.777)	(23.125)	(31.915)	(421.817)	(1.420.308)

## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Compromissos

a) Arrendamento mercantil operacional

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possui obrigações da entrada de novos contratos de arrendamentos mercantis operacionais de aeronaves e motores. Com a cisão parcial da Companhia os contratos foram transferidos para a ALAB.

b) Compromissos futuros na aquisição de aeronaves

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não possui contratos para aquisição de novas aeronaves, bem como não possui opções para aquisição de aeronaves. Com a harmonização dos contratos entre Azul e a Companhia, todas as ordens de compra em nome da Companhia foram concentradas pela Azul.

### 20. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza tributária, cíveis e trabalhistas. A Administração, baseada na opinião e nas estimativas de seus assessores jurídicos, concluiu que as provisões para riscos tributários são suficientes para cobrir eventuais perdas consideradas prováveis. Quando requerida, a Companhia efetua depósitos judiciais.

Essas provisões estão assim demonstradas:

	31 de dezembro de	
	2014	2013
Tributários	1.520	15.686
Cíveis	5.694	11.477
Trabalhistas	6.190	6.120
	<b>13.404</b>	<b>33.283</b>

## TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

#### Movimentações

	<b>Tributário</b>	<b>Cível</b>	<b>Trabalhista</b>	<b>Total</b>
Em 31 de dezembro de 2012	1.330	7.440	6.707	15.477
Constituição	14.356	15.082	4.851	34.289
Baixa por pagamento	-	(11.045)	(5.438)	(16.483)
Em 31 de dezembro de 2013	15.686	11.477	6.120	33.283
Constituição	479	-	3.259	3.738
Transferência	(8.958)	-	-	(8.958)
Reversão da provisão	(5.687)	-	-	(5.687)
Baixa por pagamento	-	(5.783)	(3.189)	(8.972)
Em 31 de dezembro de 2014	<b>1.520</b>	<b>5.694</b>	<b>6.190</b>	<b>13.404</b>

A Administração, em conjunto com os seus assessores jurídicos, analisa os processos individualmente e registra o valor da provisão para riscos tributários cíveis e trabalhistas com base no provável desembolso de caixa para os respectivos processos judiciais.

#### a) Processos tributários

A Companhia possui processos tributários, referente a imposto de renda e durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 aderiu ao Refis. O montante de R\$8.958 foi transferido para o Refis e o montante de R\$5.687 refere-se ao ganho devido à adoção deste programa.

Em 31 de dezembro de 2014, o montante avaliado como risco de perda possível é de R\$8.859 (31 de dezembro de 2013 - R\$6.632), para o qual não foi constituída provisão.

#### b) Processos cíveis

A Companhia possui ações de natureza cíveis, relacionadas principalmente às ações indenizatórias em geral, tais como, atrasos e cancelamentos de voos, extravios e danos de bagagem, dentre outras.

Em 31 de dezembro de 2014, o montante avaliado como risco de perda possível é de R\$1.097 (31 de dezembro de 2013 - R\$2.550), para o qual não foi constituída provisão.

## **TRIP Serviços de Suporte Aéreo S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2014 e 2013  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **20. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação**

c) Processos trabalhistas

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, relacionadas principalmente discussões relacionadas a horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade e diferenças salariais.

Em 31 de dezembro de 2013, o montante avaliado como risco de perda possível, é de R\$1.689 (31 de dezembro de 2013 - R\$2.987), para o qual não foi constituída provisão.